

As relações Estados Unidos-Arábia Saudita e a Questão da Palestina (1945-1948)

Luiz Salgado Neto¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita em meio às discussões sobre a Questão da Palestina entre 1945 e 1948. Busca-se apreender como o movimento sionista constituiu-se como um problema de política externa para os Estados Unidos em um momento em que Washington buscava consolidar parcerias com os países árabes visando objetivos políticos, econômicos e militares no Oriente Médio. Pretende-se, acima de tudo, analisar de que forma a Questão da Palestina e o sionismo criaram dificuldades nas relações entre os Estados Unidos e a monarquia saudita.

Palavras-chave: Estados Unidos – Arábia Saudita – Questão da Palestina

Abstract

This article intends to analyze the relations between United States and Saudi Arabia in connection with the discussions about the Palestine Question between 1945 and 1948. It seeks to apprehend how the Zionist movement became a foreign policy problem to United States, when Washington sought to strengthen partnerships with the Arab countries, aiming political, economic, and military objectives in the Middle East. The main goal is to analyze how the Palestine Question and Zionism posed difficulties in the relations between United States and the Saudi monarchy.

Keywords: United States – Saudi Arabia – Palestine Question

Artigo recebido em: 27/06/2013

Artigo aprovado em: 22/08/2013

¹ Mestre em História (UFF), Doutorando em História Comparada pela UFRJ, Brasil. Título da pesquisa em andamento: Política árabe na Palestina sob controle britânico: ideias políticas, ideologias e fundamentos culturais em perspectiva comparada (1917-1948). Este artigo é baseado na pesquisa desenvolvida para monografia de conclusão de curso de Bacharelado em História pela UFRJ (2010) e de Dissertação de Mestrado pela UFF (2012). E-mail: salgado_net@yahoo.com.br

Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n.15, p. 225-249, jul./dez. 2013.

<http://revista.anphlac.org.br/>

Dentre os problemas mais explosivos que o presidente dos Estados Unidos Harry Truman (1945-1953) teve de lidar durante seu governo, a Questão da Palestina certamente foi um dos mais difíceis. Pressionado a seguir dois cursos de ação excludentes, Truman precisou se decidir sobre uma questão de política externa com enormes repercussões internas. Herdeiro de uma política construída por seu predecessor, Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), Truman foi colocado em uma situação extremamente delicada.

A Questão da Palestina se referia ao conflito entre o movimento sionista², que tinha como objetivo criar um Estado judeu³ nesse território, e os árabes, que eram veementemente opostos a esse projeto⁴. Desde a década de 1930, a violência entre árabes e judeus sionistas na Palestina havia se tornado extremamente grave e a comunidade internacional percebeu que algo deveria ser feito, já que a Grã-Bretanha⁵ gradativamente viu se esvaír seu poder de solucionar a contenda. Após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha em 1933 e as perseguições nazistas que culminaram com o Holocausto, a Questão da Palestina se tornou ainda mais problemática.

Durante três anos, entre sua entrada na presidência, em 12 de abril de 1945, e a declaração de fundação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, Truman sofreu dois vetores de pressão, que lhe impuseram sérias dificuldades políticas internas. Na verdade, toda a questão foi uma “dor de cabeça”, segundo suas próprias palavras. De um lado, havia o campo pró-sionista, formado por assessores presidenciais na Casa Branca, a maioria dos

² É importante destacar que o termo “sionismo” neste artigo está sendo utilizado para designar o sionismo político, isto é, o movimento organizado cujo objetivo era criar um Estado judeu na Palestina. O sionismo, de maneira geral, foi a busca por um reavivamento do povo judeu, por meio de uma nova identidade judaica, em oposição à identidade da comunidade judaica europeia. Assim, referia-se à construção de um “novo judeu” na “Terra de Israel” (EVEN-ZOHAR, 1998, p. 15). Um indivíduo poderia se dizer sionista e não demandar um Estado judeu (para uma análise das diversas vertentes do sionismo ver AVNERI, 1983).

³ Na década de 1940 nos Estados Unidos, os sionistas e apoiadores do sionismo falavam explicitamente em um “Estado judeu” [*Jewish State*]. Tal ideia era pautada principalmente no livro de Theodore Herzl chamado *Judenstaat*, publicado pela primeira vez em 1896, no qual a ideia de Estado é exposta pela primeira vez de forma sistematizada. Mas, na verdade, a tradução mais correta do título do livro é “Estado dos judeus” (OLIVEIRA, Leopoldo. O. C. de., 2003).

⁴ Deve se ter em mente que este é um conflito fundamentalmente *político*. Embora, até hoje, ambos os lados façam frequentes alusões a fundamentos religiosos, o conflito se caracteriza como uma luta entre dois grupos por um mesmo território. Como diz François Massoulié (1996, p. 47), “o conflito se resume a esse dado fundamental: a ocupação efetiva, simbólica e política por um grupo humano de um território já habitado por outro grupo humano.”

⁵ A Palestina era parte do Império Turco-Otomano até a Primeira Grande Guerra. Em 1917, forças britânicas comandadas pelo General Edmund Allenby, expulsaram os turcos e conquistaram a Palestina. Após o fim da guerra, o território ficou sob ocupação militar. Em 1923, a Palestina tornou-se um Mandato da Liga das Nações e a Grã-Bretanha tornou-se a potência mandatária, *status* que perdeu até 15 de maio de 1948. Nesse período, o governo da Palestina foi exercido por um Alto-Comissário apontado pelos britânicos.

Congressistas e grupos diversos da sociedade civil, que apelavam para que o presidente adotasse medidas favoráveis ao sionismo. Por outro lado, para se contrapor a essa pressão, formou-se um campo antissionista, que incluía vários opositores do projeto de Estado judeu. Os principais agentes nesse campo eram o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e a Agência Central de Inteligência (CIA).

Portanto, ao contrário do que alegam alguns estudiosos⁶, do ponto de vista dos interesses econômicos, estratégicos e militares no Oriente Médio, um Estado judeu a ser erigido na Palestina era um risco e não um ativo para os Estados Unidos. O movimento sionista foi visto pelos oficiais diplomáticos, estrategistas militares, planejadores econômicos e agentes de inteligência como algo prejudicial aos interesses norte-americanos no Oriente Médio. Tal postura só pode ser compreendida se percebermos a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio⁷ no período.

A presença norte-americana no Oriente Médio

Desde o fim da Primeira Grande Guerra, emergiu uma percepção nos círculos de estrategistas norte-americanos de que deveria haver uma presença mais contundente dos Estados Unidos no Oriente Médio.

A presença de norte-americanos na região remonta ao século XIX, quando instituições missionárias foram erigidas com o objetivo de converter as populações locais ao cristianismo protestante. Os primeiros norte-americanos a chegarem ao Oriente Médio foram missionários do American Board of Commissioners for Foreign Missions (ABCFM), que aportaram na região em 1819⁸. A ABCMF, criada em 1810, tinha o objetivo de pregar

⁶ O economista José Luis Fiori, por exemplo, afirmou em um artigo de 2009 que “Israel foi uma criação e segue sendo um protetorado anglo-saxônico, que opera, desde 1948, como instrumento ativo de defesa dos interesses estratégicos anglo-americanos no Oriente Médio” (FIORI, 2009, *on-line*).

⁷ O termo “Oriente Médio” [*Middle East*] foi cunhado, ou pelo menos popularizado, em 1902, pelo oficial da marinha norte-americana Alfred Thayer Mahan – famoso por ter escrito uma obra em que destacou a importância do poder naval como fator para a ascensão do Império Britânico (OREN, 2007, p. 307). O termo não possui um delineamento preciso e está aberto a debates. No presente artigo, Oriente Médio está sendo entendido como uma região abarcando os seguintes países: Egito, Israel, Palestina, Líbano, Síria, Iraque, Kuwait, Jordânia, Turquia, Arábia Saudita, Irã, Omã, Iêmen, Catar, Bahrein e Emirados Árabes Unidos. No entanto, deve-se destacar que a região não possuía uma nomenclatura precisa nos documentos diplomáticos norte-americanos na década de 1940. Em alguns documentos, lemos “Oriente Próximo” [*Near East*] para designar a área onde hoje são os países acima mencionados e “Oriente Médio” [*Middle East*] era utilizado para se referir à Ásia Central.

⁸ É preciso ressaltar que os Estados Unidos já haviam se envolvido militarmente no norte da África poucos anos após a independência, nas chamadas “Guerras Berberes”, quando, após ataques de piratas berberes a

o cristianismo protestante em várias partes do mundo. Porém, foi no Oriente Médio que a organização realizou seus maiores esforços de conversão, onde missionários distribuam bíblias e outros materiais religiosos, e discretamente pregavam o cristianismo. Em 1900, os norte-americanos eram o segundo maior contingente estrangeiro no Oriente Médio, atrás apenas da Grã-Bretanha (DAVIDSON, 2001, p. 4).

No entanto, o trabalho missionário foi além da doutrinação religiosa mais direta, envolvendo também a fundação de escolas, faculdades e universidades. A primeira escola norte-americana no Oriente Médio foi fundada em 1823. Em 1862, o missionário Daniel Bliss recebeu autorização da ABCMF para construir uma instituição educacional em Beirute. E em 1866, ele inaugurou a Faculdade Protestante Síria [*Syrian Protestant College*], que se tornou a Universidade Americana de Beirute em 1919, mesmo ano em que foi fundada a Universidade Americana do Cairo (OREN, 2007, p. 217-8; p. 396).

Por outro lado, os Estados Unidos mantinham relações com o Império Otomano desde o fim do século XVIII, logo após a consolidação de sua independência. Porém, foram relações frágeis e sem uma consequência mais duradoura (OREN, 2007, p. 105). O primeiro ganho de posição significativa dos Estados Unidos no interior do Império Otomano foi a assinatura do Tratado de Navegação e Comércio, em 7 de maio de 1830 (OREN, 2007, p. 115). No entanto, era um tratado comercial, que lidava com questões práticas sobre mercadorias e regulações sobre compra de materiais. Não havia uma posição diplomática de peso. Assim, os Estados Unidos não eram um ator político relevante no interior do Império Otomano, que estava sob clara influência de potências europeias – inicialmente França e Grã-Bretanha, e no início do século XX, Alemanha. Portanto, até o século XX, o interesse norte-americano no Oriente Médio era o esforço missionário e o comércio. É digno de nota, também, que por conta desses interesses, os Estados Unidos não romperam relações nem declararam guerra aos otomanos durante a Primeira Guerra, mesmo estando no campo oposto à Alemanha, aliada de Istambul.

Na virada do século XIX para o século XX, tendo os Estados Unidos assumido uma postura mais internacionalizada após a guerra contra a Espanha, em 1898, o Oriente

embarcações comerciais norte-americanas, os Estados Unidos entraram em guerra em duas ocasiões na região: entre 1801 e 1805 e em 1815 (FREMONT-BARNES, 2006, p. 8-9). Porém, no Oriente Médio, como definido aqui (nota 8), a presença norte-americana mais contundente se iniciou com a atuação dos missionários.

Médio passou a ter uma maior importância nos cálculos norte-americanos. Porém, em termos estratégicos e econômicos, o primeiro esforço de entrada na região ocorreu somente após o fim da Primeira Grande Guerra.

Na verdade, com a dissolução do Império Otomano, resultado de sua derrota na guerra, iniciou-se uma ampla corrida pelos recursos do Oriente Médio, especialmente o petróleo. Encontrado pela primeira vez na Pérsia⁹, em 1908, o petróleo passou a ser cada vez mais central para as estratégias das potências estrangeiras na região.

Ciente disso, o governo dos Estados Unidos voltou sua atenção para o Oriente Médio, buscando, a partir de então, obter uma participação mais efetiva nos assuntos dessa parte do globo. Ao fim da Primeira Grande Guerra, o governo norte-americano percebeu a importância militar do petróleo, no primeiro conflito em que o produto fez a diferença nas batalhas terrestres e navais. A utilização do produto pelos britânicos em tanques e em navios de guerra foi considerada um fator vital na vitória contra a Alemanha (BRONSON, 2006, p. 15-6). Ao lado disso, evidentemente, o petróleo passou a ser percebido como um produto de extrema importância econômica.

Assim, no período imediatamente posterior à Primeira Grande Guerra, a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio passou a se caracterizar pelas incessantes tentativas de obtenção de petróleo. Esse era, na verdade, apenas o primeiro passo, pois os Estados Unidos miravam um horizonte mais à frente, isto é, uma posição econômica mais significativa na região.

Porém, havia um obstáculo a essa meta: o Oriente Médio estava sob forte influência europeia, especialmente britânica. A Grã-Bretanha se estabeleceu nesta região ainda durante a existência do Império Otomano, o que permitiu que Londres obtivesse grandes vantagens na exploração do petróleo médio-oriental. Diante disso, as empresas petrolíferas e o governo norte-americanos se esforçaram para quebrar o monopólio britânico. Uma primeira ação foi a tentativa de obter uma participação na Iraq Petroleum Company (IPC), que até então era de acesso exclusivo dos britânicos. Em 1929, depois de muita insistência e com o apoio do Departamento de Estado, a Standard Oil of New Jersey e a Socony-Vacuum, conseguiram obter 23,75% de participação na empresa (BRONSON,

⁹ O nome “Pérsia” foi utilizado até 1935, quando então o país passou a se denominar Irã.

2006. p. 15-6). Por sua vez, a Standard Oil of California (SOCAL) buscou agir por conta própria, fora das especificações e limitações da IPC.

É importante destacar que a abordagem norte-americana ao Oriente Médio diferia da britânica. Os Estados Unidos se pautaram em suas empresas privadas para fincar posição na região. Embora as empresas obtivessem auxílio governamental em seus projetos, o governo norte-americano não assumiu controle político direto no Oriente Médio. Diferentemente da Grã-Bretanha, que dominava politicamente alguns Estados (como emirados do Golfo, somente independentes nas décadas de 1960 e 1970), os Estados Unidos faziam sentir sua presença por meio de suas empresas privadas (CITINO, 2010, p. 2-3).

Contudo, embora esses primeiros passos rumo à entrada no Oriente Médio tenham sido efetivos, foram pouco significativos para possibilitar uma inserção mais ampla dos Estados Unidos na região. Esse quadro só foi alterado com a parceria construída com a Arábia Saudita ao longo das décadas de 1930 e 1940.

A relação Estados Unidos-Arábia Saudita

Até a década de 1920, a Península Arábica estava dividida em territórios controlados por diversos clãs rivais. Havia duas regiões principais: o Hedjaz, parte ocidental da península, englobando Meca e Medina, controlado pelo Emir Hussein bin Ali, do clã hachemita e aliado dos britânicos; e o Nedj, na parte central e oriental, controlado por Abdel Aziz Ibn Saud, do clã saudita; além desses dois clãs, a disputa envolvia ainda a família Rashid, que havia sido aliada dos otomanos. Em 1925, Ibn Saud venceu sua luta política contra seus rivais, unificou todas as regiões da Península Arábica e autoproclamou-se “rei do Nedj e do Hedjaz”. Em 1926, recebeu do Congresso Islâmico o título de “Guardião dos Lugares Sagrados”, ou seja, Meca e Medina, e em 1932, proclamou a fundação do Reino da Arábia Saudita. (MASSOULIÉ, 1996, p. 24-5).

Os Estados Unidos prontamente perceberam o potencial deste novo ator regional e estabeleceram relações diplomáticas com a monarquia saudita já em 1933. E neste mesmo ano, a SOCAL obteve a concessão de extração de petróleo no país. Pela primeira vez, os Estados Unidos obtinham uma importante vitória diplomática na região.

Uma aproximação ainda mais significativa se deu com a eclosão da Segunda Grande Guerra e o aumento da demanda por petróleo. Durante o curso da luta contra o Eixo, houve uma tentativa ainda mais forte dos Estados Unidos para assumirem posições no Oriente Médio. Com o uso mais acentuado do petróleo na Segunda Guerra, comparativamente à Primeira, o presidente Franklin Roosevelt e seus assessores mais importantes começaram a se preocupar com os estoques petrolíferos dos Estados Unidos. Da mesma forma que na Primeira Grande Guerra, o consumo do produto por conta do conflito superava o que o país era capaz de produzir. Como o Oriente Médio já era reconhecido por ser a maior reserva inexplorada do planeta, seria necessário encontrar um parceiro na região. Mas tal aliado precisava satisfazer a dois quesitos: estar fora da influência britânica, ou, pelo menos, com uma menor dependência que pudesse ser arregimentado para o lado norte-americano; e, principalmente, ter um governo sem tendências nacionalistas ou que se aproximassem de ideias socialistas. Um país se enquadrou perfeitamente nesse papel: o Reino da Arábia Saudita.

Em 1943, quando iria expirar a concessão de extração de petróleo conferida à SOCAL, Roosevelt declarou a Arábia Saudita área vital para a segurança dos Estados Unidos e concordou em fornecer auxílio econômico para este país (LIPPMAN, 2005, p.4). Em 1944, a SOCAL se uniu à Texas Oil Company (TEXACO), que já atuava secundariamente em alguns países da Ásia, e ambas fundaram sua subsidiária na Arábia Saudita com o nome de Arabian-American Company (ARAMCO), que se tornaria um dos principais vetores nas relações norte-americano-sauditas¹⁰ (BRONSON, 2006, p. 18).

Entretanto, a parceria entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita não pode ser vista apenas através das preocupações em torno do petróleo. Durante a Segunda Guerra, os Estados Unidos reconheceram a importância da Arábia Saudita por razões geoestratégicas. As Forças Armadas norte-americanas instalaram bases militares no país, tanto para abastecer os soviéticos na luta contra os nazistas, como para servir de ponto de escala de aviões militares que partiam da Europa para o Pacífico. Essa parceria em tempo de guerra estreitou as relações entre norte-americanos e sauditas, que perdurou mesmo após a guerra contra o Eixo. E, assim, o país que anteriormente havia sido visto por Roosevelt como um

¹⁰ Em 1980, após anos de debates entre oficiais sauditas e executivos e oficiais governamentais norte-americanos, o governo da Arábia Saudita nacionalizou a ARAMCO (JAFF; ELASS, 2007, p. 39). Porém, as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita continuaram sólidas.

local “distante” passou a entrar nos cálculos estratégicos dos Estados Unidos (LIPPMAN, 2005, p. 3). Dessa forma, como afirma Rachel Bronson (2006, p. 3), considerações além da economia ditavam a natureza da parceria.

A partir de 1942, os Estados Unidos empreenderam um esforço diplomático mais intenso na Arábia Saudita. Até então, apenas oficiais de níveis intermediários atuavam no país. Mas em abril deste ano, o governo de Washington enviou para Jeddah, a então capital saudita, o primeiro oficial residente (LIPPMAN, 2005, p. 3). E em 1944, a Legação em Jeddah foi elevada a Embaixada.

Essa aproximação também envolvia o fornecimento de um *lend-lease*¹¹ à monarquia saudita. No entanto, havia sérias dúvidas entre alguns oficiais diplomáticos e políticos norte-americanos sobre a prudência de fornecer tal auxílio. Um ardoroso defensor do empréstimo era o secretário de Estado Edward Stettinius Jr. Em janeiro de 1945, Stettinius advertiu o presidente Roosevelt de que era muito importante fornecer ajuda à Arábia Saudita. Para ele, o empréstimo manteria os sauditas próximos aos Estados Unidos, sendo, portanto, “de interesse nacional”. A falha em conceder o empréstimo poderia desagradar a Arábia Saudita, “provocando graves consequências para nossa posição neste país”¹². Como conta Stettinius, em função da guerra, a Arábia Saudita vira sua receita despencar pela paralisação do comércio e que o país, por isso, necessitava de ajuda externa. Para ele, os Estados Unidos deveriam fornecer esse auxílio e, dessa forma, fortalecer sua posição no país. Nas palavras do secretário de Estado,

Os vastos recursos petrolíferos da Arábia Saudita, agora em mãos americanas sob uma concessão controlada por cidadãos americanos [ARAMCO], devem ser protegidos e desenvolvidos para completar as reservas de petróleo no Hemisfério Ocidental como uma fonte de abastecimento mundial¹³.

¹¹ *Lend-Lease* foi um programa norte-americano de empréstimo para que Estados aliados comprassem material de guerra produzido pelos Estados Unidos. Criado pelo *Lend-Lease Act* de 11 de março de 1941 para auxiliar a Grã-Bretanha, a França e a União Soviética contra os nazistas, a lei foi utilizada também para fornecer ajuda, não necessariamente militar, a outros Estados no pós-guerra. Cf. *Lend-Lease Act*, march 11, 1941. Disponível em: <<http://www.history.navy.mil/faqs/faq59-23.htm>> Acesso em: 9 maio 2013.

¹² Memorando do Secretário de Estado Edward Stettinius Jr. ao Presidente Franklin Roosevelt, 8 de janeiro de 1945. FRUS, 1945, Vol. VIII, p. 847.

¹³ Memorando do Secretário de Estado Edward Stettinius Jr. ao Presidente Franklin Roosevelt, 22 de dezembro de 1944. FRUS, 1944, Vol. V, 1944, p. 757-8.

Além disso, nesse mesmo período foi formado o “Comitê *ad hoc* para a Ajuda Financeira à Arábia Saudita”, cujo relatório final, de 25 de fevereiro, alertava sobre a importância do fornecimento do *lend-lease* aos sauditas:

O fato econômico mais importante relativo à Arábia Saudita é a presença, neste país, de ricas reservas de petróleo atualmente sob concessão a companhias americanas. Embora o Departamento de Guerra tenha um interesse na Arábia Saudita por causa de sua localização geográfica, na rota direta para o Leste, é o petróleo da Arábia Saudita que faz com que o país seja de especial interesse para as Forças Armadas¹⁴.

Paralelamente ao estabelecimento de laços institucionais, os membros da área de segurança, defesa e relações exteriores do governo dos Estados Unidos empreenderam, ao longo da primeira metade da década de 1940, negociações para uma maior aproximação política com a Arábia Saudita. O ápice desse processo foi o encontro entre o presidente Roosevelt e o rei Ibn Saud.

Após vários meses de conversações prévias, em 14 de fevereiro de 1945 ocorreu o emblemático encontro entre o presidente dos Estados Unidos e o rei da Arábia Saudita a bordo do cruzador *USS Quincy*, quando Roosevelt retornava da conferência de Yalta. Os relatos do encontro entre o presidente e o rei não deixam dúvidas sobre os laços que estavam sendo construídos entre os dois países. Ambos foram amigáveis e cordiais. Segundo o relato de William Eddy, diplomata norte-americano que exercia o cargo de ministro plenipotenciário para a Arábia Saudita, quando Ibn Saud embarcou no *Quincy*, o presidente e o rei rapidamente trocaram ótimas impressões. O rei saudita informou que se sentia como um “irmão gêmeo” do presidente norte-americano, já que ambos possuíam muito em comum: eram muito parecidos em idade, na responsabilidade como chefes de Estado e pelos problemas físicos; ambos eram fazendeiros; e “ambos tinham responsabilidade de proteger e defender seus povos”. Roosevelt anunciou que daria dois presentes a Ibn Saud: uma cadeira de rodas e um avião de passageiros DC-3, equipado com um trono rotativo, para que o monarca pudesse girá-lo e se voltar para Meca para fazer suas orações durante as viagens (EDDY, 1954, p. 27). Roosevelt estudara a cultura saudita, a história do Islã e dos árabes e aprendeu sobre os hábitos alimentares muçulmanos, indicando a importância atribuída por ele a esse encontro (LIPPMAN, 2005, p. 7).

¹⁴ Relatório do Comitê *ad hoc* de Assistência Financeira à Arábia Saudita, 22 de fevereiro de 1945. FRUS, 1945, Vol. VIII, 1945, p. 852.

A proximidade entre os Estados Unidos e Arábia Saudita se concretizou no período do nascimento da Guerra Fria. Com um novo presidente norte-americano e diante da relação entre Estados Unidos e União Soviética deteriorada, o Oriente Médio passou a ser visto como uma área em que o comunismo deveria ser contido, especialmente após a enunciação da chamada Doutrina Truman.

Em um pronunciamento diante do Congresso, em 12 de março de 1947, o presidente Truman anunciou para o mundo a disposição de conter a expansão do comunismo por todo o globo. Truman solicitava que o Congresso liberasse verbas para que o governo dos Estados Unidos auxiliasse os governos da Grécia e da Turquia a lutar contra grupos comunistas que agiam dentro de suas fronteiras. Tratava-se de uma estratégia cujo objetivo era impedir a expansão do comunismo pela Europa e pelo Leste do Mediterrâneo. Porém, representava o primeiro passo de projetar a influência norte-americana em várias partes do mundo. Assim, defendendo uma postura firme dos Estados Unidos dali por diante, Truman enunciou as palavras que sintetizam a doutrina que leva seu nome: “Eu acredito que a política dos Estados Unidos deve ser apoiar os povos livres que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas e por pressões externas”¹⁵. Diante disso, a parceria com a Arábia Saudita se coadunava com a estratégia norte-americana de contenção ao comunismo.

No entanto, a parceria se consolidou não apenas por conta do interesse dos Estados Unidos. Havia uma sobreposição de interesses entre ambos (TORRES FILHO, 2005, p. 315). Para a Arábia Saudita, a proteção norte-americana era um auxílio importantíssimo para a manutenção de seu poder.

Com efeito, o governo saudita enfrentava sérios desafios, internos e externos. Internamente, a família real carecia de legitimidade entre seus súditos, conseguindo manter-se no poder somente através de uma aliança frágil com clérigos muçulmanos e com antigos chefes de clãs. Além disso, os problemas financeiros advindos da guerra foram extremamente prejudiciais à sua economia.

Já no *front* externo, havia um risco de que a Grã-Bretanha pudesse usar seu poderio para controlar, formal ou informalmente, o reino saudita. Nas décadas de 1930 e

¹⁵Doutrina Truman. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp> Acesso em: 23 jun. 2013.

1940, os Estados Unidos eram vistos por muitos líderes árabes como uma potência não imperialista. A percepção entre os árabes de que os Estados Unidos agiam na região sem que tivessem como objetivo um controle político, fazia do país um aliado em potencial. Assim, para os líderes árabes, uma relação amistosa com os Estados Unidos era um ativo político em sua luta pela obtenção ou manutenção da independência. Além disso, havia a própria percepção das divergências entre os aliados. Jogando as potências umas contra as outras, os Estados árabes garantiriam sua soberania política.

Quanto à política regional, Ibn Saud se via ameaçado pelos líderes dos países árabes vizinhos, que possuíam problemas seculares com a família saudita. Os hachemitas, adversários dos sauditas de longa data e que haviam sido expulsos da Península Arábica por Ibn Saud, governavam a Transjordânia e o Iraque, ambos com fortes laços com a Grã-Bretanha.

Dessa forma, as lutas pelo poder no interior do mundo árabe poderiam, sem o apoio certo, abalar, e até mesmo derrubar, o poder saudita na Península Arábica. Para os Estados Unidos, a expansão soviética no Oriente Médio deveria ser contida por todos os meios possíveis, dentro do pensamento estratégico de correlação de forças global. Do ponto de vista norte-americano, a Arábia Saudita, país onde estão localizados os dois mais importantes santuários muçulmanos, Meca e Medina, e governada por uma família que se intitula a guardiã desses lugares sagrados, era o parceiro ideal no combate aos “comunistas ateus”. Assim, Washington se viu estimulado a garantir a existência da monarquia saudita.

Na verdade, a relação com a Arábia Saudita deve ser vista no interior da política norte-americana para o Oriente Médio como um todo. Toda a região passou a ser vista pelo prisma da Guerra Fria, constituindo-se, a partir de então, em uma importante área na qual deveria ser evitada a presença da União Soviética. Em 10 de novembro de 1945, Loy Henderson dizia ao General H.H. Vaughan, assistente militar de Truman:

Está claro que nos próximos anos os povos do Oriente Médio se transformarão rapidamente, política, econômica e socialmente, e percebe-se que é importante que este movimento seja em direção às democracias ocidentais, ao invés de ir na direção de alguma forma de autocracia ou totalitarismo, o que tornaria o

entendimento simpático e a cooperação entre esta parte do mundo e os Estados Unidos mais difícil¹⁶.

Além da preocupação em torno da entrada da União Soviética no Oriente Médio, havia a presença britânica na região. Como vimos, desde o início da entrada dos Estados Unidos nesta área do globo, havia um conflito econômico com a Grã-Bretanha. Com a aproximação da vitória sobre o Eixo, em 1945, Washington passou a defender uma política de “portas abertas” (*open doors*) na região. Assim, os agentes norte-americanos tentavam impedir tanto a expansão soviética quanto a manutenção do colonialismo britânico. Os Estados Unidos eram contrários à manutenção do que chamavam “áreas de influências”, isto é, o monopólio econômico britânico e francês em seus respectivos ex-Mandatos e apoiava a “independência” dos países médio-orientais.

Contudo, as divergências de interesses entre Estados Unidos e Grã-Bretanha no Oriente Médio começaram a diluir, embora não tenham sido extintas, no contexto da Guerra Fria¹⁷. Diante do pior cenário, isto é, o aumento da influência da União Soviética na região, os formuladores da política externa dos Estados Unidos resolveram alinhar a política norte-americana à britânica (HAHN, 2004, p. 20-1). Assim, as divergências econômicas entre norte-americanos e britânicos deveriam ser colocadas em segundo plano diante da ameaça comunista.

Acertadas as estratégias mais gerais entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, os oficiais norte-americanos adotaram medidas ainda mais efetivas para entrar no Oriente Médio. Estabeleceram relações econômicas, políticas e militares e ampliaram os laços que atavam os países árabes à sua ajuda. Nesse contexto, a proximidade entre Estados Unidos e Arábia Saudita tornou-se fundamental. Porém, um problema fazia estremecer essa relação: a Questão da Palestina.

¹⁶ Carta do Diretor de Negócios do Oriente Médio e África do Departamento de Estado, Loy Henderson, ao General Brigadeiro H.H. Vaughan, Assessor Militar do Presidente Harry Truman, 10 de novembro de 1945. FRUS, Vol. VIII, 1945, p. 11.

¹⁷ Contudo, posteriormente, houve sérias divergências entre ambos sobre como lidar com países que adotavam uma política nacionalista militante, como foi o caso do líder egípcio Gamal Abdel Nasser. Em 1956, durante a Guerra de Suez, Estados Unidos e Grã-Bretanha adotaram posturas opostas, derivadas de suas diferentes políticas para o Oriente Médio. Enquanto os Estados Unidos queriam diminuir os riscos do Egito se aproximar da União Soviética, a Grã-Bretanha queria manter sua posição de potência imperial no país (Ver SALGADO NETO, 2012).

A Questão da Palestina e a estratégia norte-americana no Oriente Médio

No período pós-Segunda Grande Guerra, o sionismo político estava bem estabelecido no cenário político norte-americano, contando com um apoio significativo de grupos organizados no país, além de receber apoio da maioria dos Congressistas, tanto republicanos como democratas. O campo pró-sionista era bastante ativo politicamente. Os líderes e apoiadores do sionismo organizavam manifestações em massa, faziam *lobby* no Congresso, enviavam telegramas e cartas à Casa Branca e realizavam uma intensa campanha de propaganda. Tal cenário político interno, em diversas ocasiões, influenciou as ações externas dos presidentes Roosevelt e Truman. Em alguns casos, os presidentes tiveram de dar respostas políticas à pressão interna que entravam em rota de colisão com as orientações vindas de estrategistas de política externa e de oficiais diplomáticos do Departamento de Estado.

Deve-se enfatizar um aspecto fundamental na análise: a postura norte-americana quanto ao sionismo não foi fruto de um projeto político bem delineado, mas ocorreu por uma necessidade de ação, já que o problema foi levado aos Estados Unidos e não, como às vezes se diz, criado por Washington. Desde o início do interesse britânico na Palestina e com o estreitamento das relações entre a Grã-Bretanha e o movimento sionista, na década de 1910, o governo de Londres buscou atrair o apoio dos Estados Unidos às suas medidas. Um exemplo dessa atitude foi quando, durante a Primeira Grande Guerra, o governo britânico buscou o aval do presidente Woodrow Wilson (1913-1921) à Declaração Balfour¹⁸ (DAVIDSON, 2001, p.16). Posteriormente, no decorrer da década de 1930, diante da perseguição nazista aos judeus, a pressão interna se fez sentir. Uma parcela cada vez mais ampla de cidadãos norte-americanos passou a apoiar o projeto sionista e a pressionar Roosevelt a adotar uma postura ativa em apoio ao sionismo (BERMAN, 1990, pp. 27-36). Quando Harry Truman assumiu a presidência, toda essa pressão foi exercida sobre ele¹⁹.

¹⁸ Correspondência enviada pelo secretário do Exterior Britânico Lord Arthur Balfour à Organização Sionista Mundial em 2 de novembro de 1917, declarando o apoio britânico ao sionismo, dizendo: “o Governo de Vossa Majestade vê com bons olhos o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu”.

¹⁹ A Questão da Palestina demonstra, de forma inequívoca, a interação entre as políticas externa e interna em um processo de tomada de decisão. Para uma teorização sobre os efeitos da política interna sobre a política externa, ver MILZA, 2003. Para o caso específico dos efeitos da democracia sobre a diplomacia nos Estados Unidos, ver SMALL, 1996.

Diante disso, inúmeras advertências dos oficiais diplomáticos em atuação no Oriente Médio chegavam a Washington, com o objetivo de conter a pressão dos grupos pró-sionistas. Quanto à Arábia Saudita, antes do encontro entre Roosevelt e Ibn Saud, oficiais norte-americanos já estavam cientes do perigo de uma política pró-sionista e da importância de ter a família saudita como aliada. Em janeiro de 1945, o Embaixador William Eddy afirmava que, para o bem das relações entre os dois países, qualquer manifestação de apoio norte-americano ao sionismo deveria ser evitada. Em um telegrama de 5 de janeiro de 1945, Eddy escreveu ao presidente Roosevelt:

O rei Abdel Aziz Ibn Saud conclama um comprometimento conjunto para defender a Palestina árabe contra o sionismo, pela força se necessário. O rei declarou que se sentiria honrado se morresse ele próprio no campo de batalha, como herói para os árabes da Palestina.

Com uma ampla propaganda do Eixo por rádio exagerando o apoio oficial dos Estados Unidos ao sionismo, eu declaro que qualquer movimento pró-sionista do governo dos Estados Unidos seria extremamente infeliz²⁰.

Dias depois, o secretário de Estado em exercício Joseph Grew manifestou a mesma inquietação, ao afirmar em um memorando de 12 de janeiro de 1945 que “as atividades sionistas neste país [Estados Unidos] permanecerão a mais grave ameaça às relações amistosas entre os Estados Unidos e os países do Oriente Médio”²¹.

Com isso, Roosevelt tentou sondar Ibn Saud sobre sua postura em relação à Questão da Palestina. Antes do encontro, o presidente enviou uma carta ao rei solicitando seu conselho sobre como reduzir as escaramuças entre judeus e árabes a respeito da compra de terras e da imigração de judeus para a Palestina. As respostas do rei sempre diziam que a única maneira de pôr fim ao conflito era paralisar a imigração judaica para a Palestina. Ibn Saud disse, certa vez: “se os judeus forem recolocados [na Palestina], os céus irão se abrir, a Terra irá se fender, e as montanhas irão tremer”. Além disso, em seu encontro com Roosevelt a bordo do *Quincy*, Ibn Saud enfatizou que o conflito era inevitável, a menos que fosse considerado o reassentamento dos judeus na Europa, onde, no fim das contas, havia ocorrido o massacre dos judeus (BRONSON, 2006, p. 40-41).

²⁰ Telegrama do ministro dos Estados Unidos na Arábia Saudita William Eddy ao secretário de Estado Edward Stettinius Jr. 5 de janeiro de 1945. FRUS, Vol. VIII, 1945, p. 679.

²¹ Memorando do subsecretário de Estado Joseph Grew para o presidente Franklin Roosevelt. 12 de abril de 1945. FRUS, Vol. VIII, 1945, p. 680.

Com efeito, Ibn Saud afirmava de forma recorrente, assim como outros líderes da região, que os árabes não haviam cometido o Holocausto, logo, não poderiam arcar com o ônus, político e econômico, de aceitar a entrada de judeus em larga escala na Palestina. Ainda com mais ênfase, argumentava que não poderia ser exigido dos árabes que aceitassem o projeto de Estado judeu.

Assim, ainda que Roosevelt tenha tentado por todos os meios demover o rei saudita de sua posição inflexível quanto ao problema árabe-judeu, Ibn Saud se manteve firme. Em todas as matérias, ambos chegaram a um consenso, mas quanto à Questão da Palestina, o próprio Roosevelt percebeu que era uma posição inegociável (BRONSON, 2006, p. 41-2).

Diante disso, Roosevelt tentou criar uma fórmula que não se constituísse como uma hostilidade aos árabes, ao mesmo tempo em que reconhecia a relevância do sionismo para a política interna. O presidente elaborou um discurso ambíguo para ser apresentado ao rei saudita, cujas palavras se tornaram quase um “mantra” na política dos Estados Unidos com relação à Questão da Palestina. Reiterando uma carta enviada em 1943²² e a garantia dada no encontro a bordo do *Quincy*, Roosevelt enviou uma mensagem a Ibn Saud em 5 de abril de 1945, em que dizia:

Vossa Majestade irá recordar que em ocasiões anteriores eu comuniquei ao senhor a atitude do Governo dos Estados Unidos quanto à Palestina e deixei claro nosso desejo de que *nenhuma decisão seja tomada com respeito à situação básica no país sem total consulta a árabes e judeus*. [grifo meu]²³.

Na mesma carta, Roosevelt diz também:

Vossa Majestade irá também sem dúvida lembrar que durante nossa recente conversação eu garanti ao senhor que eu não tomaria qualquer medida, em minha capacidade de Chefe do Poder Executivo deste Governo, que se provasse hostil ao povo árabe²⁴.

Percebe-se claramente que embora Roosevelt se preocupasse com as implicações internas quanto ao sionismo, ele dera garantias inequívocas de proximidade com os países

²² Carta do Presidente Franklin Roosevelt ao Rei Abdel Aziz Ibn Saud. Junho de 1943. FRUS, 1943, Vol. IV, p. 790.

²³ Carta do Presidente Franklin Roosevelt ao Rei Abdel Aziz Ibn Saud. 5 de abril de 1945. FRUS, 1945, Vol. VIII, 1945, p. 698.

²⁴ *Ibidem*, p. 698.

árabes e se mostrara esclarecido sobre a importância da Palestina para o governante e para a população saudita. No entanto, posteriormente, essas palavras foram utilizadas de formas diferentes e contraditórias por outros atores. Essas afirmações criaram, na verdade, uma celeuma que se tornou a grande “dor de cabeça” de Truman.

Esse foi o legado recebido por Harry Truman. Em 12 de abril de 1945, com a morte de Roosevelt, a política norte-americana com relação à Palestina sofreu uma gradativa reorientação. Truman seria mais próximo ao sionismo do que Roosevelt. Contudo, as dificuldades em conduzir a questão não impediram que adotasse a mesma postura ambígua de Roosevelt. Assim que assumiu a presidência, Truman reiterou os compromissos feitos por seu antecessor. Enviou correspondências aos Chefes de Estado árabes, cujo conteúdo era idêntico ao das cartas que Roosevelt havia enviado aos governantes árabes entre 29 de março e 12 de abril. Em todas estas correspondências, Truman repetia o mantra norte-americano quanto à Questão da Palestina, que começava a se estabelecer definitivamente: dizia que os Estados Unidos não adotariam qualquer medida que mudasse a situação básica da Questão da Palestina sem ampla e prévia consulta a árabes e judeus²⁵.

Contudo, após a Segunda Grande Guerra, as dificuldades em compatibilizar estratégias de política interna e política externa se tornaram ainda mais agudas. Como já mencionado, no pós-guerra, o Oriente Médio passou a figurar como palco de embates entre Estados Unidos e União Soviética e a Questão da Palestina passou a estar articulada à dinâmica da Guerra Fria.

A Guerra Fria, a Arábia Saudita e a Questão da Palestina

Após a Segunda Grande Guerra, a Arábia Saudita adquiriu nova importância para os Estados Unidos. Com efeito, analisando as ações do governo Truman, percebemos que a proximidade com a monarquia saudita manteve sua relevância na estratégia norte-americana no Oriente Médio. Porém, tal percepção estava inserida no contexto dos embates contra outro adversário, já que a luta para derrotar as potências do Eixo foi substituída pelo esforço de conter a expansão soviética na região.

²⁵ Carta do Presidente Harry Truman ao Rei Abdel Aziz Ibn Saud. 17 de maio de 1945. FRUS, 1945, Vol. VIII, 1945, p. 707.

Um episódio demonstra o quanto o governo Truman se empenhava em manter os sauditas como aliados através de auxílio econômico, diante da possibilidade de ingerência soviética no Oriente Médio. Em 1º de outubro de 1946, o embaixador no Egito, Pinkney Tuck, transmitiu ao secretário de Estado o conteúdo de declarações feitas a ele por Ibn Saud. Segundo Tuck, o rei dissera que necessitava urgentemente da assistência financeira dos Estados Unidos para concluir projetos que havia prometido à população saudita. Afirmara também que a Grã-Bretanha agia de forma egoísta e que, por isso, julgava não poder contar com a ajuda britânica. Na parte mais importante da declaração, Ibn Saud advertiu que, falhando a ajuda dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha, ele seria obrigado a buscar recursos junto a alguma outra nação poderosa. Tuck escreveu então entre parênteses: “presumivelmente Rússia”²⁶.

O conteúdo desta declaração é um exemplo emblemático de como as potências menores fizeram uso da luta entre as superpotências durante a Guerra Fria. Embora hoje possamos afirmar, retrospectivamente, que os sauditas dificilmente se aproximariam dos soviéticos, a ameaça velada do rei Ibn Saud não foi ignorada em Washington. Logo depois, em 3 de outubro de 1946, Truman enviou sua resposta. Nela, o presidente dizia que o assunto estava sob ativa discussão entre o “competente” ministro das finanças saudita e “altos oficiais da área econômica dos Estados Unidos”. Dizia ainda que o pedido receberia “cuidadosa consideração”. E terminava afirmando: “Eu garanto a Vossa Majestade que o problema está sendo abordado com a máxima simpatia e que todo o esforço está sendo direcionado para encontrar uma solução que seja satisfatória para o senhor”²⁷. Em 18 de fevereiro de 1947, os Estados Unidos anunciaram um empréstimo à Arábia Saudita no valor de 40 milhões de dólares, complementares aos 10 milhões que já estavam garantidos para a construção da estrada de Dahmman a Dhahram²⁸. Desse episódio, podemos ver que Truman demonstrava uma percepção interessante sobre a importância da proximidade com os sauditas.

²⁶ Telegrama do Embaixador no Egito Pinkney Tuck, ao Secretário de Estado, James Byrnes, 1º de outubro de 1946. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 748-9.

²⁷ Telegrama do Presidente Harry Truman ao Rei Abdel Aziz Ibn Saud, 3 de outubro de 1946. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 749.

²⁸ Memorando de Conversação preparado pelo Diretor da Divisão do Oriente Médio do Departamento de Estado, Richard Sanger, 18 de fevereiro de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, p. 1331-3.

Além disso, outra ocasião ilustra bem que não só Roosevelt via como positiva uma proximidade com a Arábia Saudita e que o próprio Truman enxergava o clã dos Saud com bons olhos. O presidente recebeu o Príncipe da Arábia Saudita, Amir Saud, na Casa Branca, em 16 de janeiro de 1947. A narrativa que Truman faz em seu diário traz um comentário elucidativo do que ele apreendeu em seu encontro com príncipe saudita. Após uma entrada em que diz que manteve uma conversa “interessante”, o presidente escreveu sobre os sauditas: “eles odeiam os bolcheviques”²⁹.

Este é um indicativo do papel da Guerra Fria nas ações de Truman em relação ao Oriente Médio. A frase ilustra o que o presidente mais valorizava nos sauditas: o fato de que eles eram avessos ao comunismo soviético. Dentre vários assuntos discutidos, o que mais marcou o encontro com os sauditas foi a aversão destes aos “bolcheviques”. E tal aversão os tornava próximos, independentemente de suas opiniões a respeito do sionismo.

Além disso, em 24 de janeiro de 1947, Truman enviou uma carta³⁰ para o rei Ibn Saud, em que reafirmou seu desejo de manter a amizade com a Arábia Saudita, mesmo que tenha agido em apoio às demandas sionistas:

De minha parte, eu gostaria de enfatizar novamente meu sincero desejo de que a amizade entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, que este país avalia em tão alta medida, continue a se fortalecer. É também minha sincera esperança que a amizade e a cooperação entre os Estados Unidos e o mundo árabe – na verdade, com todo o mundo muçulmano – continue a crescer à medida que a percepção se tornar mais difundida – entre o povo americano e entre os árabes e muçulmanos – que todos eles estão lutando pelo objetivo comum de um mundo pacífico e próspero, fundamentado sobre princípios de justiça e retidão³¹.

Podemos perceber claramente que tanto os formuladores da política externa norte-americana quanto o próprio presidente entendiam que era muito importante manter a influência e o prestígio norte-americano no Oriente Médio, diante do novo contexto internacional. Buscavam uma aproximação efetiva com os Estados árabes, pois a amizade dos governantes dos países do Oriente Médio era algo importantíssimo para a nova estratégia global dos Estados Unidos.

²⁹ Harry S. Truman 1947 Diary. January 16. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/diary/page9.htm>> Acesso em: 27 jun. 2013.

³⁰ Carta do Presidente Franklin Roosevelt ao Rei Abdel Aziz Ibn Saud. FRUS, 1947, Vol. V, 1947, p. 1011-4. Resposta à carta de Ibn Saud de 2 de novembro de 1946 (Cf. FRUS, 1946, Vol. VII, p. 717-20).

³¹ *Ibidem*, p. 1012.

Com efeito, a proximidade dos Estados Unidos com os Estados árabes permanecia forte. Apesar das divergências em relação ao sionismo, os governantes árabes estavam bastante interessados em manter a amizade com os Estados Unidos. A esse respeito, se destacava a Arábia Saudita. Em 16 de janeiro de 1947, Loy Henderson enviou um memorando ao Subsecretário de Estado Dean Acheson dizendo que teve um encontro com Asad Al-Faqih, ministro saudita para os Estados Unidos. Nesta reunião, Al-Faqih disse a Henderson que o rei Ibn Saud e o príncipe da Arábia Saudita, diante da possibilidade da exploração do petróleo saudita ser realizada por um regime de “portas abertas”, isto é, com a participação de França e Grã-Bretanha, manifestaram disposição de que o desenvolvimento dos recursos petrolíferos sauditas continuasse “exclusivamente em mãos americanas”³².

Do ponto de vista dos oficiais norte-americanos, os Estados Unidos deveriam, assim, aproveitar a oportunidade para participarem mais ativamente nos negócios do Oriente Médio. Não haveria qualquer desgaste, pois sua atuação ocorreria a pedido dos próprios países árabes. E, com efeito, os Estados Unidos não desperdiçaram a chance. Em 1947, estavam envolvidos na região em vários negócios, como a extração de petróleo e a construção de um oleoduto que levaria o petróleo do Golfo Pérsico até o mar Mediterrâneo. Na Arábia Saudita, participavam da construção e da manutenção das estradas do país, operavam a base aérea de Dhahram e forneciam treinamento militar às tropas sauditas.

Em 8 de setembro de 1947, o Subsecretário de Estado Robert Lovett enviou um memorando ao secretário de Comércio Averell Harriman, sobre a necessidade de viabilizar a construção da parte do oleoduto que passaria pela Península Arábica. Neste documento, Lovett se respaldou no núcleo do pensamento estratégico norte-americano quanto aos Estados árabes: “a opinião do Departamento de Estado é que o interesse nacional seria melhor servido pela imediata construção desse oleoduto”. Seus argumentos são elucidativos da visão do Departamento de Estado sobre o Oriente Médio:

O Oriente Médio é atualmente a única área petrolífera produtiva do mundo onde há uma grande reserva de capacidade produtiva. É necessário fazer essa capacidade produtiva acessível, a taxas que contemplem a crescente demanda. Para transportar a quantidade necessária de petróleo, devem ser construídos

³² Memorando do Diretor de Negócios do Oriente Médio e África do Departamento de Estado, Loy Henderson, ao Subsecretário de Estado Dean Acheson, 16 de janeiro de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, p. 634-5.

oleodutos com grande diâmetro no Oriente Médio, assim como tanques agora projetados para serem terminados em 1950 nos Estados Unidos e no exterior. Quando o petróleo do Oriente Médio se tornar crescentemente acessível, podemos esperar o crescimento da economia geral das áreas do Oriente Médio e Próximo, o que permitirá, assim, que eles se tornem menos vulneráveis a pressões externas. O atraso na construção do oleoduto pode resultar em sérias repercussões econômicas e políticas na área, com um efeito extremamente adverso para a posição dos Estados Unidos. Além disso, uma quantidade adicional do petróleo do Oriente Médio será necessária para a reconstrução dos países da Europa que estão cooperando com os Estados Unidos na implementação do Plano Marshall. Tendo em vista essas circunstâncias, é urgente que uma licença de exportação seja emitida sem demora para os materiais necessários para a construção do oleoduto transarábico³³.

Além da esfera econômica, os Estados Unidos foram requisitados a prestar assistência também na esfera militar. Em 17 de agosto de 1945, o chefe do Gabinete de Negócios da África e do Oriente Médio, Loy Henderson, enviou um memorando para o Assistente do Departamento de Estado dizendo que o governo da Síria havia solicitado uma missão militar dos Estados Unidos para auxiliar a organização das tropas e para fornecer treinamento militar, já que a França havia passado o comando das Forças Armadas para os sírios. Henderson formula seus apontamentos da seguinte maneira:

O treinamento destas tropas por oficiais americanos irá fornecer uma importante forma de educação a uma parcela da população síria e irá inculcar neles o espírito e as tradições da democracia. Esta é a primeira vez que um país árabe faz este tipo de requisição e uma decisão favorável dos Estados Unidos teria um efeito extremamente benéfico em todo o mundo árabe.³⁴

Henderson concluiu afirmando ser muito importante aceitar tal pedido:

É desnecessário dizer que a guerra enfatizou a importância estratégica do Oriente Próximo, uma região cujos países estão passando por um intenso reajustamento político, social e econômico. Há uma necessidade vital de que haja um papel mais forte dos Estados Unidos nos negócios econômicos e políticos do Oriente Próximo e Oriente Médio, especialmente tendo em vista a importância estratégica das reservas petrolíferas e o emergente papel da União Soviética. Consequentemente, a presente requisição do Governo sírio se constitui uma excelente oportunidade que nós devemos prontamente aceitar. O efeito de nossa entrada a partir desta tarefa comparativamente pequena irá indubitavelmente se estender por toda a região e irá servir para fortalecer

³³ Carta do Secretário de Estado em Exercício Robert Lovett ao Secretário de Comércio Averell Harriman, 8 de setembro de 1947. FRUS, 1947, Vol. V, p. 665-6.

³⁴ Memorando do Diretor de Negócios do Oriente Médio e África do Departamento de Estado, Loy Henderson, ao Assistente do Secretário de Estado para os Negócios da Europa, Extremo Oriente, Oriente Médio e África, James Clement Dunn, 17 de agosto de 1945. (apud FRUS, 1945, p. 1201).

significativamente nossa influência e prestígio muito além das fronteiras da Síria.³⁵

Contudo, as relações favoráveis com os países árabes estavam seriamente ameaçadas pela política pró-sionista do governo Truman. Em 29 de novembro de 1947, com o voto favorável dos Estados Unidos à partilha da Palestina, a posição norte-americana no Oriente Médio estava gravemente ameaçada. Em 16 de janeiro de 1948, George Kennan enviou ao Departamento de Estado um relatório³⁶, elaborado pela Equipe de Planejamento Político, que enfatizava os perigos para os interesses dos Estados Unidos. Uma grande preocupação de Kennan referia-se aos efeitos sobre a política da Arábia Saudita:

A posição da Arábia Saudita na questão da Palestina é de particular importância. O rei Ibn Saud valoriza a amizade entre seu país e os Estados Unidos e reconhece a significativa ajuda financeira à Arábia Saudita derivada dos *royalties* do petróleo. Ele está relutante a romper os laços políticos e econômicos com os Estados Unidos. No entanto, ele está sob forte pressão de outros estados árabes para romper relações com os Estados Unidos. O príncipe Faisal, seu filho e ministro do Exterior, partiu da Assembleia Geral da ONU para a Arábia com um forte sentimento antiamericano e pode fortalecer a facção de elementos menos moderados, que irão forçar a mão do rei. Importantes concessões de petróleo e os direitos da base aérea estarão em jogo se um Governo ativamente hostil chegar ao poder na Arábia Saudita.³⁷

Kennan disse também que se a partilha da Palestina fosse adiante, os líderes moderados dos países árabes, “muitos deles com relações com o Ocidente”, poderiam ser derrubados por elementos extremistas. Kennan apresentou uma lista que nos fornece todos os focos de preocupação dos oficiais da política externa. Segundo ele, estas seriam as repercussões para os interesses norte-americanos no Oriente Médio se o governo dos Estados Unidos adotasse medidas para forçar a implementação da partilha:

- a) suspensão ou cancelamento de valiosos direitos de operação da base aérea e concessões comerciais, paralisação da construção do oleoduto, e drástica redução do comércio dos Estados Unidos com esta área;
- b) Perda de nosso atual acesso às instalações aéreas, militares e navais desfrutadas pela Grã-Bretanha nesta área, com péssimas repercussões para toda nossa posição estratégica no Oriente Próximo e no Mediterrâneo;
- c) Fechamento ou boicote das instituições educacionais, religiosas e filantrópicas no Oriente Próximo, tais como a Universidade Americana de Beirute, estabelecida em 1866, e a Universidade Americana do Cairo;

³⁵ *Ibidem*, p. 1202.

³⁶ Relatório preparado pela Equipe de Planejamento Político sobre a posição dos Estados Unidos com respeito à Palestina, 19 de fevereiro de 1948. Enviado para o Secretario de Estado George Marshall pelo Diretor da Equipe de Planejamento Político George Kennan em 20 de fevereiro de 1948 (apud. FRUS, 1948, p. 546-54).

³⁷ *Idem*, p. 550.

d) Possíveis mortes, ferimentos e danos como resultado de atos de violência contra cidadãos americanos particulares ou a interesses estabelecidos nesta área. Não podemos nos apoiar nas garantias oficiais dos Governos árabes de que dariam proteção aos interesses dos Estados Unidos, por causa da intensa comoção popular.

e) Uma séria ameaça ao sucesso do Plano Marshall. A atual produção de petróleo dos campos do Oriente Próximo é de aproximadamente 800.000 barris por dia. Para dar conta dos requerimentos do Plano Marshall, a produção deve ser elevada para cerca de 2.000.000 de barris diários, já que nenhuma quantidade de petróleo para a Europa poderia ser fornecida pelos Estados Unidos, pela Venezuela, ou por algum lugar do Extremo Oriente. Antes dos atuais distúrbios, as companhias petrolíferas dos Estados Unidos fizeram um planejamento para o desenvolvimento requerido no Oriente Próximo, o qual seria impossível implementar se a atual situação continuar.³⁸

Diante disso, vemos claramente que o Oriente Médio, cuja relevância já havia sido demonstrada durante a Segunda Guerra, tornou-se ainda mais importante no contexto da Guerra Fria, pois os formuladores da política externa norte-americana passaram a enxergar a região como uma área crítica para a contenção da União Soviética na Europa e na Ásia, além de fonte de petróleo para o abastecimento da Europa, em pleno processo de reconstrução.

Considerações finais

Diante de tudo o que foi exposto, fica claro o quanto a Questão da Palestina foi problemática para a estratégia norte-americana no Oriente Médio, especialmente no que tange à proximidade com a monarquia saudita. Sobretudo, percebemos que o sionismo constituiu-se, aos olhos dos estrategistas norte-americanos, como um risco aos interesses dos Estados Unidos na região.

Apesar disso, o presidente Truman apoiou a criação do Estado judeu, determinando que os delegados norte-americanos votassem favoravelmente à partilha da Palestina na ONU, em 29 de novembro de 1947, e sendo o primeiro Chefe de Estado a reconhecer o recém-proclamado Estado de Israel. Seguindo diferentes considerações – preocupações humanitárias, simpatias culturais e cálculos de política interna – o presidente contrariou as sugestões dos principais estrategistas de política externa, inclusive entrando em conflito com o secretário de Estado George Marshall, importante figura na política externa norte-americana na Guerra Fria.

³⁸ *Idem*, p. 550-1.

Por conta dessa postura, os Estados Unidos sofreram alguns reveses após fundação de Israel, tendo perdido grande parte da simpatia que haviam obtido por se oporem ao imperialismo franco-britânico. O maior temor dos estrategistas norte-americanos era a perda de influência na Arábia Saudita. Após a votação na ONU, houve ameaças de oficiais sauditas de que iriam retaliar economicamente os Estados Unidos (OREN, 2007, p. 488). Além disso, como bem registrou George Kennan, houve intensa pressão de alguns países árabes para que Ibn Saud rompesse relações com Washington e cancelasse as concessões de petróleo aos Estados Unidos.

Contudo, a Arábia Saudita dependia de seus parceiros norte-americanos e a parceria não foi destruída. Ainda que os sauditas tivessem que enfrentar a possibilidade de isolamento, Ibn Saud escolheu o parceiro que contribuía para a manutenção de seu poder. Os Estados Unidos eram, em grande medida, protetores da monarquia saudita. Não só no final da década de 1940, mas também ao longo das décadas de 1950 e 1960, a importância da proteção norte-americana se devia à percepção do rei Ibn Saud sobre as várias ameaças que tinha ao seu entorno. Havia entre os líderes sauditas uma sensação de que o país estava cercado de inimigos, principalmente Egito e Irã; mas também havia o temor de incursões comunistas que pudessem pôr a existência da monarquia em risco. A necessidade do suporte norte-americano ditou, em grande parte, a parceria entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos durante toda a segunda metade do século XX. Os norte-americanos permaneceram sendo os maiores fornecedores de armas para a Arábia Saudita até a década de 1980 (BRONSON, 2006, p. 34).

Portanto, independente de suas relações com o sionismo e com o Estado de Israel, os Estados Unidos eram um aliado fundamental para os sauditas. A parceria era muito importante para ser minada por uma questão que não era de primeira importância para Ibn Saud, pois se a Palestina representava para muitos um dever moral muçulmano e árabe, estrategicamente não era vital para os sauditas. Em algumas ocasiões posteriores, a Arábia Saudita seria altamente criticada por não ser severa o suficiente com Washington em relação a Israel. Mas Israel era um mal menor frente a vários inimigos muito mais próximos, enquanto os Estados Unidos eram a potência que respaldava uma monarquia contestada regionalmente e internamente.

Por conta disso, todos os cenários catastróficos previstos pelos estrategistas norte-americanos não se confirmaram. Embora tenha havido alguns prejuízos, os norte-americanos continuaram a ter uma presença importante no Oriente Médio. Nas décadas seguintes, os Estados Unidos tentariam, a despeito da presença de Israel (e de suas vitórias militares contundentes), uma aproximação com líderes árabes, mesmo os mais nacionalistas como o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Apesar de não conseguirem firmar um front único árabe contra os soviéticos, os Estados Unidos conseguiram obter ou manter parcerias importantes na região, destacando-se a Arábia Saudita, monarquia que até hoje é um importante aliado norte-americano no Oriente Médio.

Documentação

EDDY, William. *FDR meets Ibn Saud*. Washington: American-Mideast Educational & Training Services, 1954. Disponível em: <http://www.social-sciences-and-humanities.com/pdf/FDR_Meets_Ibn_Saud.pdf> Acesso em: 19/01/2013.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY AND MUSEUM. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org>>. Acesso em: 03/2011- 12/2012.

UNIVERSITY OF WISCONSIN DIGITAL COLLECTIONS – UWDC. *FRUS – Foreign Relations of United States*, 1861-1960. Disponível em: <<http://uwdc.library.wisc.edu/collections/FRUS>>. Acesso em: 03/2011- 12/2012.

YALE LAW SCHOOL. *The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy*. Disponível em: <<http://avalon.law.yale.edu>> Acesso em: 23/06/ 2013.

Referências Bibliográficas

AVNERI, Shlomo. *La idea sionista: notas sobre el pensamiento nacional judío*. Jerusalén: La Semana Publicaciones Ltda., 1983.

BERMAN, Aaron. *Nazism, the Jews, and American Zionism (1933-1948)*. Detroit: Wayne University Press, 1990.

BRONSON, Rachel. *Thicker than oil: American's uneasy partnership with Saudi Arabia*. New York: Oxford University Press, 2006.

CITINO, Nathan J. *From Arab nationalism to OPEC: Eisenhower, King Saud and the making of U.S.-Saudi relations*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

- DAVIDSON, Lawrence. *America's Palestine: popular and official perceptions from Balfour to Israeli statehood*. Gainesville: University Press of Florida, 2001.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. O surgimento de uma cultura hebraica nativa na Palestina. In: *Cadernos de Cultura e Língua Hebraica*, n. 1, p. 13-32, 1998.
- FIORI, José Luís. A visão sagrada de Israel. In: *Valor Econômico*, 28 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/a_visao_sagrada_de_israel.pdf> Acesso em 23/06/2013.
- FREMONT-BARNES, Gregory. *The wars of the Barbary pirates – to the shores of Tripoli: the rise of the US Navy and Marines*. Oxford: Osprey Publishing, 2006.
- HAHN, Peter L. *Caught in the Middle East: U.S. policy toward the arab-israeli conflict (1945-1961)*. Chapel Hill: University North Carolina Press, 2004.
- JAFF, Amy Myers; ELASS, Jareer. *Saudi Aramco: national flagship with global responsibilities*. James A. Baker III Institute for Public Policy / Rice University, March 2007. Disponível em: <http://www.bakerinstitute.org/programs/energy-forum/publications/docs/NOCs/Papers/NOC_SaudiAramco_Jaffe-Elass-revised.pdf> Acesso em: 22/01/2013.
- LIPPMAN, Thomas W. The day FDR met Saudi Arabia's Ibn Saud. In: *Link*, vol. 32, Issue 2. New York, April-May 2005. Disponível em: <<http://www.ameu.org/getattachment/51ee4866-95c1-4603-b0dd-e16d2d49fcbc/The-Day-FDR-Met-Saudi-Arabia-Ibn-Saud.aspx>> Acesso em: 17/06/2013.
- MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 365-400.
- OLIVEIRA, Leopoldo. O. C. de. Teorias Nacionalistas e Nacionalismo(s) Judaico(s). In: *Revista de Estudos Judaicos*, v. 4, p. 189-99, 2003.
- OREN, Michael. *Power, faith and fantasy: America in the Middle East, 1776 to the present*. New York/London: W. W. Norton and Company, 2007.
- SALGADO NETO, Luiz. A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). In: *Revista Cantareira*, ed. 17, p. 87-104, jul-dez 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>> Acesso em: 10/09/2013.
- SMALL, Melvin. *Democracy and diplomacy: the impact of domestic politics on U.S. foreign policy (1789-1994)*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, José Luiz (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 309-46.